

**“OCUPAR E RESISTIR”: NARRATIVAS JUVENIS NAS  
OCUPAÇÕES DE ESCOLAS PÚBLICAS**

*"OCCUPY AND RESIST": JUVENILE NARRATIVES IN PUBLIC  
SCHOOLS OCCUPATIONS*

**Idalécia Soares Correia  
Andréa Jakubaszko  
Fabiano José Alves de Souza**

**Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES**  
idalecia.correia@gmail.com, Andrea.jk@unimontes.br, fabylo@hotmail.com.br

**RESUMO**

O artigo apresenta narrativas dos estudantes sobre as suas percepções acerca das suas vivências durante a ocupação da Escola Estadual Monsenhor Gustavo, situada na cidade de Montes Claros, Norte do Estado de Minas Gerais. O instrumento metodológico utilizado foi a entrevista em profundidade realizada um ano após o evento. A partir de uma breve reflexão teórica a experiência desses adolescentes e jovens é compreendida como uma ação coletiva no âmago do movimento estudantil. A análise enfoca as mudanças salientadas pelos jovens em relação a identidade individual e coletiva, as relações com a escola e a comunidade, as tensões vivenciadas, e reflete sobre as contribuições dessa ação juvenil para mudanças na cultura e na política.

**Palavras-chave:** ações coletivas, ocupações, identidade, motivações, organização.

**ABSTRACT**

This article presents students' narratives on their perceptions about their experiences during the occupation of Monsenhor Gustavo State School, situated in the city of Montes Claros, North of Minas Gerais State. Methodological instrument used was the in-depth interview made one year after the event. From a brief theoretical reflection, the experience of these adolescents and young people is seen as a collective action in the core of the student movement. The analysis focuses on the changes emphasized by young people in relation to individual and collective identity, relationships with school and community, the tensions experienced, and reflects on this youth action contributions to changes in culture and politics.

**Key words:** collective actions, occupations, identity, motivation, organization.

**INTRODUÇÃO**

No ano de 2016 o recorrente protagonismo dos estudantes nas lutas sociais, mais uma vez entra em cena, e ocupações de escolas públicas varrem o Brasil de Norte a Sul. Esse fenômeno pode ser interpretado pelo menos em duas dimensões. Uma primeira leitura possível, pode ser a partir da inserção do movimento estudantil no bojo das lutas sociais contra um projeto de mudança dos rumos da política brasileira, com visível

intensificação da implementação de ações de um projeto neoliberal, com os seus pressupostos. Em meio à crise política que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, episódio no qual uma elite política conservadora assume o governo do país, o que está em jogo é um confronto entre projetos políticos que suplantam as margens de uma política educacional.

Outra abordagem possível, enfocada nesse artigo, sem, contudo, abrir mão da articulação entre o contexto político mais geral, é focar nas ocupações em si, quando os estudantes secundaristas, adolescentes e jovens utilizam o mecanismo das ocupações das escolas para se contraporem às propostas de mudanças da educação brasileira, expressas na Medida Provisória – MP nº 746/2016, e na Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº 241/2016, posteriormente (55). Esses instrumentos têm como alvo, respectivamente, a reforma do Ensino Médio e o ajuste fiscal, que congela os gastos públicos em educação e saúde por um prazo de vinte anos. Com a reforma do ensino médio, as disciplinas sociologia, filosofia, artes e educação física perdem o caráter de obrigatoriedade. O congelamento dos investimentos federais desobriga a União de repassar recursos para os Estados e os Municípios para custear as políticas de educação e saúde. Essas medidas estão na contramão das conquistas alcançadas pela sociedade brasileira desde o processo de redemocratização, inscritas na Constituição Federal de 1988, que desde então pautaram lutas sociais para sua consecução.

Este texto insere-se na segunda possibilidade de compreensão das ocupações, tendo como objetivo apresentar a percepção que os estudantes que ocuparam a Escola Estadual Monsenhor Gustavo, situada em Montes Claros no Norte do Estado de Minas Gerais, têm sobre esses instrumentos jurídicos, e especialmente, sobre as vivências e aprendizados durante a ocupação da escola<sup>1</sup>. Trata-se de uma tentativa de apresentar as vozes de sujeitos que, do ponto de vista identitário, são estudantes, adolescentes e jovens, lutando em prol de uma educação pública de qualidade, inseridos no contexto sociopolítico da sociedade brasileira.

Os relatos dos estudantes foram compartilhados com os pesquisadores, através de entrevistas realizadas durante o ano de 2017. Foram realizadas dez entrevistas nas residências dos estudantes. Privilegiou-se lideranças e estudantes que atuaram na base do movimento.

O recorte empírico faz-nos situar a experiência analisada como uma ação coletiva, que dá-se no cerne de um movimento social: o movimento estudantil. Essa definição será melhor compreendida no próximo seguimento da fundamentação teórica.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Desde a década de 1960, a noção de movimentos sociais tem sido objeto de ferrenhos debates, provocados pela ruptura do protagonismo que o mundo do trabalho, ou a categoria classe social assumia até então. O surgimento de movimentos, nos quais a questão produtiva não era mais a grande questão motivadora, seguido posteriormente pela globalização, são fatores que impulsionaram os deslocamentos teóricos na análise dos movimentos sociais. Dessa discussão firma-se, segundo Picolotto (2007) um modelo clássico, fortemente assentado na categoria classe social, um neomarxista, o denominado paradigma dos novos movimentos sociais, e as teorias contemporâneas onde se observa tentativas de sínteses, como é o esforço dispendido por Melucci,

---

<sup>1</sup> Esse texto registra uma das atividades da Pesquisa - Adolescentes e jovens cidadãos: um olhar da Antropologia e da Ciência Política, realizada no âmbito da UNIMONTES- MG, Resolução CEPEX nº. 015/2016.

vislumbrando a criação de uma teoria geral da ação coletiva. Não entraremos nos liames desse debate, a sintética revisão visa explicitar as nossas opções em termos de enquadramento teórico.

Melucci (1989, p.56) faz um alerta em relação às análises dos fenômenos empíricos denominados movimentos sociais. Na visão do autor, é necessário rever a “suposição de que os fenômenos empíricos de ação coletiva são um objeto de análise que é unificado e significativo em si próprio”, unitários e homogêneos como se fosse um “personagem” com unidade, consciência e ação. Assim sendo, as singularidades dos vários fenômenos que se apresentam nas sociedades contemporâneas não são registradas. Essa observação impõe a necessidade de definir o tipo de ação coletiva que se está analisando, pois na avaliação do autor, isso tem implicações sobre o resultado de uma dada ação. A conceituação de movimentos sociais, apresentada por autores preocupados com os novos movimentos sociais contemporâneos, explicita a diferença entre as ações coletivas e os movimentos sociais.

Touraine (1991), propõe que a identificação de um movimento social leve em conta três elementos construtivos: o ator, o seu adversário e o que está em jogo no conflito. Observando aí três princípios: identidade, oposição e totalidade. Identidade tem a ver com a autodefinição, oposição com a definição clara de um adversário, e totalidade com o objeto que está sendo disputado. Essas categorias parecem facilmente identificáveis nos movimentos da atualidade, mas o autor complexifica esse modelo analítico quando salienta que na contemporaneidade tornou-se difícil a identificação clara de um adversário específico, anteriormente facilmente identificável entre classes e Estado, afirmando que na sociedade pós industrial poucas ações coletivas podem ser entendidas como movimentos sociais. O surgimento de novos atores descolados do mundo do trabalho e a visão dos problemas societários em escala mundial decorrentes da globalização provocam a revisão do olhar sobre as teorias explicativas dos movimentos sociais e ações coletivas (TOURAINÉ, 2006). Para o autor, caberia distinção entre os movimentos sociais, reservados aos conflitos estruturais, entendidos enquanto uma oposição entre os detentores do poder econômico e social, e os que estão submetidos aos primeiros, e os movimentos históricos que por sua vez se referem à gestão da mudança histórica. Baseado nesta concepção, declara ser “necessário não aplicar a noção de movimentos sociais a qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política.” (TOURAINÉ, 2006, p. 17). Outras duas afirmações elucidam o que o autor define como a essência do que ele entende como constitutivo de um movimento social. Nas palavras do autor:

[...] uma relação social de dominação só pode suscitar uma ação que mereça o nome de movimento social se atuar sobre o conjunto dos principais aspectos da vida social, ultrapassando as condições de produção em um setor, de comércio ou de troca ou, ainda, a influência exercida sobre os sistemas de informação e de educação [...] Trata-se de estudar os movimentos que colocam em questão condições particulares, isto é, em domínios socialmente definidos, uma dominação que, em sua natureza e em suas aplicações, tem um impacto geral. Essa afirmação conduz diretamente a uma segunda, a saber, que só há movimento social se a ação coletiva – também ela com um impacto maior do que a defesa de interesses particulares em um setor específico da vida social – se opuser a tal dominação. (TOURAINÉ, 2006, p.19)

Reforçando a assertiva de que não é qualquer conflito que podemos entender como basilar para a definição de um movimento social, Touraine (2006, p.19),

prosegue com seus argumentos, questionando sobre as afirmações anteriores: “como essas duas afirmações podem ser combinadas, se não admitirmos conflito entre as partes envolvidas, mas em uma certa representação da sociedade e de suas mudanças, isto é, no interior de um campo ao qual podemos chamar cultura?” Elucidando assim, que o conflito central das sociedades contemporâneas, que distingue as ações coletivas ou outros movimentos dos movimentos propriamente sociais, é o conflito cultural. Daí a proposição do autor de substituir, nas análises dos conflitos centrais da sociedade pós-industrial, a noção de movimentos sociais por movimentos culturais.

É importante ressaltar que a revisão conceitual de Touraine e sua equipe de pesquisadores visa garantir acuidade às análises e contribuir para o aprofundamento analítico das ações coletivas contemporâneas. Nessa perspectiva, a ideia é observar as suas singularidades. Sposito (2014, p.105), chama a atenção para o fato de que a análise de Touraine das “condutas coletivas apontam para a importância das resistências às crises e das lutas políticas diante dos sistemas institucionais.”

Além de lançar luz sobre a importância de se definir melhor as ações coletivas e compreendê-las, Touraine contribui com esse campo do conhecimento, ao propor e enfatizar em suas análises atenção especial à concepção de ator e sujeito. O objetivo do autor é lidar com o binômio subjetivação/racionalização nas sociedades pós industriais, observação válida para a abordagem de qualquer ação coletiva. Para esse autor, a tríade indivíduo/sujeito/ator são elementos fundamentais para os movimentos sociais, como salienta: “O sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator” (TOURAINÉ, 1994, p.220). O indivíduo se transforma em sujeito e o sujeito em ator. Esse processo guarda a possibilidade de ações transformadoras.

O sujeito é a passagem do Id ao eu. É o controle exercido pelo vivido para que tenha sentido pessoal, para que o indivíduo se transforme em ator que se insere nas relações sociais transformando-as, mas sem jamais identificar-se completamente com nenhum grupo, com nenhuma coletividade. Porque o ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e, sobretudo, social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais. [...] O sujeito é a transformação de si mesmo em ator (TOURAINÉ, 1994, p. 222).

Essa concepção do sujeito em Touraine, está presente nos estudos desse autor sobre a América latina, imbricada com as reflexões sobre a democracia, e segue orientando este debate. Gadea e Scherer-Warren (2006, p.167), discutem as contribuições de Touraine nesse debate e afirmam que a ideia de democracia trabalhada representa “a luta dos sujeitos na cultura e liberdade, contra a lógica dominante dos sistemas sociais.” Vale salientar que no Brasil, recorrentemente, pelo menos até o ano de 2013, esse debate envolve as ações coletivas e os movimentos sociais, como promotores da criação de atores sociais e políticos com características favoráveis à democracia e à cidadania para além da perspectiva formal.

Analisando a adequação do uso da noção de movimentos sociais para entender os fenômenos das sociedades complexas ou da informação, em correspondência à denominação de sociedade pós-industrial de Touraine, Melucci (1989), parte de indagação similar à que norteou Touraine, quando pergunta-se: “Podemos ainda falar de movimentos sociais quando nos referimos aos fenômenos sociais recentes”. Ao responder a essa questão, afirma preferir falar de “redes de movimentos sociais ou áreas de movimentos: isto é, uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento” (MELUCCI, 1989, p.60). Trata-se de considerar analiticamente os movimentos

decorrentes da mudança social que tornou a sociedade planetária, e que têm no conhecimento e na informação as formas privilegiadas de dominação de grupos e indivíduos. Quando se refere às redes de movimentos, cita como um bom exemplo para ilustrar a discussão os movimentos ambientalistas. Melucci (1989, p.57), define movimento social como uma de forma de ação coletiva: a) baseada na solidariedade; b) desenvolvendo um conflito; c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Cabe esclarecer o que o autor entende por solidariedade, conflito e limites do sistema. Para ele, “solidariedade é a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva, (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social)”. O autor define conflito como sendo “a relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor”. O terceiro componente do conceito, “os limites de um sistema indicam o espectro de variações tolerado dentro de sua estrutura existente”. Nessa terceira dimensão, na qual, em nossa avaliação, concentra-se o peso da definição de um movimento social, o autor refere-se ao que não é negociável, onde está presente a ruptura com o sistema de dominação. Isso não impede que os movimentos tenham conquistas ao longo do processo de lutas (MELUCCI, 1989, p. 57).

Na estrutura analítica de Melucci, é fundamental que a análise de ações coletivas e movimentos sociais respondam perguntas acerca da formação dos atores coletivos e das motivações que os levam a se envolverem nessas ações. Encontramos no conceito de identidade coletiva, na explicação da forma como ela se constitui, uma resposta para essa questão. Na perspectiva desse autor, as interações entre indivíduos e grupos são fundamentais para a construção da identidade coletiva. Conforme suas palavras: “A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por certo número de indivíduos (ou grupos em níveis mais complexos) em relação à orientação da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (MELUCCI, 1996, p. 70). Ao interpretar como indivíduos ou grupos criam identidade coletiva em Melucci, Alonso (2009, p.65), sintetiza: “à medida que se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões”. Observa-se que a ideia de identidade coletiva é relacional, construída na interação com um contexto, que interfere na motivação e na condição do indivíduo envolver-se na ação, incluindo-se aí as condições políticas e ideológicas presentes no entorno dos indivíduos ou grupos.

Em conexão com a reflexão sobre a identidade coletiva, outro aspecto importante tratado por Melucci (1989), é a leitura de dois polos presentes nos movimentos, a latência e a visibilidade. O momento de latência está vinculado à cultura e à identidade coletiva, a visibilidade ao momento em que surgem em cena para enfrentar autoridade pública, demonstrando “oposição à lógica que leva a decisão com relação a uma política pública”. A latência sustenta a visibilidade, ofertando recursos de solidariedade e estrutura cultural para a mobilização.

A ênfase cultural que Melucci imprime à análise das ações coletivas e movimentos sociais tende a afastar, ou pelo menos atenuar, a dimensão política. Nas teorias que revisa, Melucci sempre ressalta o que designa como “sobrecarga política”, referindo-se a centralidade na dimensão política. Embora, como ele próprio reconhece, “a relação entre sistemas políticos e movimentos sociais seja uma perspectiva analítica que é difícil de evitar em sociedades complexas, é uma perspectiva limitada” (MELUCCI, 1989, p.54). Entretanto, salientamos a importância do diálogo entre essas dimensões, unindo as dimensões cultural e política. Na análise aqui apreendida essas dimensões tornam-se fundamentais.

O movimento dos estudantes em foco, engendra uma ação política, que se torna visível quando observamos que a mobilização ocorre quando questiona-se uma ação do governo em relação às políticas públicas de educação. O confronto com essa proposta estabelece uma relação com o sistema político. Sistema político, aqui, e que entendemos se adequa melhor às nossas concepções, não se restringe somente às instituições políticas, refere-se a:

um subsistema da sociedade no qual o indivíduo pode desempenhar diferentes papéis, tais como cidadão, eleitor, integrante de um partido político ou de uma associação profissional, como parlamentar nos diversos níveis de representação ou como manifestante etc. (HOFMEISTER, 2007, p.13).

Essa definição associa o sistema político a processos sociais, permite observar os fenômenos sociais em estreita ligação com a política, influenciando e sendo influenciados mutuamente. A articulação dessa perspectiva com a análise de movimentos sociais é teoricamente empreendida por Carlos (2015, p.42), quando salienta que “os movimentos ao elaborarem referências de autonomia do Estado e da democracia de base, conformam códigos ético-políticos inscritos em valores e significados que orientam e dá sentido a ação dos atores”. No decorrer dessa articulação existe o desenvolvimento de “padrões de convivência e a institucionalidade, mediante reivindicação à face provedora do Estado.” O nosso objetivo é situar a ação coletiva em foco num campo multifacetado de orientações político, culturais e econômicas, reconhecendo, portanto, a influência exercida pelo campo da sociedade civil e do Estado. Mesmo observando algumas limitações advindas do trabalho de campo, o nosso esforço é dispendido com a expectativa de explicitar as motivações para ocupar a escola e conseqüentemente o trânsito do individual para o coletivo, configurando-se como sujeitos e atores de uma ação transformadora.

Numa síntese da conjuntura política da sociedade brasileira atual, Santos e Szwako (2016), descrevem uma sociedade que, após o golpe parlamentar, apresenta os seguintes ingredientes:

[...] polarização social e ideológica, mobilização popular e estudantil, crise política, crise fiscal, quadro econômico de recessão aguda e desemprego massivo, disputa e reconfiguração eleitoral, uma mídia oligopolizada cada vez mais partidarizada e alinhada a setores específicos da estrutura de poder, crescente fascismo nos elementos de nossa cultura política, já historicamente iliberal, anomia institucional judiciária e estratégias partidários se articulam formando cenário inimaginável até alguns anos atrás (SANTOS; SZWAKO, 2016, p. 115).

É nesse contexto que as ocupações estão situadas e que os nossos indivíduos sujeitos/atores se movem e constroem uma página importante da nossa história.

## **MOTIVAÇÕES PARA OCUPAR A ESCOLA**

No relato dos estudantes, como afirmamos na parte inicial do texto, a perspectiva de mudança constitucional e suas conseqüências estão no cerne das motivações para as ocupações:

Tudo começou com o boato das outras escolas ocupadas, comecei a pesquisar do que se tratava a PEC e fui vendo as conseqüências daquilo, e resolvemos

juntar forças [...] Conquistas dos últimos 10 anos atrás que hoje está ameaçada, reforma trabalhista, aposentadoria, outras leis, congelamento e retornos para trás. Que garantias? Então, tem que lutar! A

Congelamento dos investimentos na educação por 20 anos! Como fica o tempo integral? Aumenta a carga horária e diminui o recurso? Como fica a escola, caindo, sem mesa, sem cadeira, sem banheiro, sem professor, merendar o que? S

No nosso país há muita injustiça e não podemos nos calar, sempre lutar contra aquilo que nos desfavorece, temos voz e temos que lutar pelo o que é nosso. J

Observa-se que os estudantes têm plena consciência das transformações que a PEC e a MP trariam para a vida cotidiana na escola, mas, para além disso, essa informação está situada num contexto mais geral, o da perda de direitos conquistados no país nas últimas décadas, e da persistente injustiça social que marca a trajetória da sociedade brasileira. Daí a motivação para a luta e para o confronto com o governo.

Essa motivação se firma ainda, na crença da potência do coletivo. A importância do “temos voz” e “temos que lutar”. O sujeito coloca-se num lugar de fala legítimo nas sociedades democráticas, utilizando a voz como um instrumento de luta. Lutar também está associado a melhorias futuras nas condições de vida. Perder os direitos conquistados através da política pública de educação, compromete essa oportunidade, além de inibir a condição reflexiva acerca da realidade.

Com estudo, tem sim trabalho melhor, formação superior dá condições para salário melhor [...] perder o ensino de filosofia, sociologia, de pensar de forma crítica é o que os políticos querem, eles vão gostar disso. Foi um ato político, histórico, revolucionário. A escola nunca foi tão viva! Tão viva como no momento da ocupação. C

## A ORGANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO

A ocupação da escola seguiu um padrão organizacional articulado a partir de práticas democráticas.

Iniciativa bem nossa. R. passou a mensagem da PEC, eu e A. passamos para K., vimos as situações que estavam acontecendo e com a licença da diretora, passamos de sala em sala e a *assembleia* votou unânime e com a autorização dos pais, por sermos de menor, iniciamos a ocupação. (E. 17 anos, 16 na ocupação).

No início de outubro (2016), coloquei um vídeo no facebook sobre a PEC (241) e teve muita repercussão. A. sugeriu ocupar a escola e fomos. Era 31 de outubro e fizemos uma *assembleia* com todos no recreio, tivemos apoio e às 17h:30min. ocupamos até 24 de novembro. (K. 21 anos, 19 na ocupação).

A utilização das redes sociais permite uma rápida circulação das informações e imprime ao movimento uma característica própria das sociedades contemporâneas ou da informação, como salientaram Touraine e Melucci. A opção pelo instrumento assembleia, enquanto mecanismo para tomada de decisões, denota, numa avaliação política desse instrumento, a preocupação de que as decisões e suas consequências sejam respaldadas pela maioria. Através de decisões consensuais ou majoritárias a assembleia é um instrumento fundamental para a democracia, aí se estabelece a

informação e o debate, que por sua vez são basilares para a decisão. Inserir-se em ambientes onde decisões coletivas são tomadas de forma democrática, com maior horizontalidade, quebrando os padrões hierárquicos verticalizados das sociedades tradicionais, contribui para a formação política do indivíduo e do grupo, tornando-os mais propensos à ruptura com os padrões tradicionais.

Um desdobramento das definições coletivas tomadas em assembleia, e nas reflexões do grupo, reforça a identidade coletiva, levando-os a assumir uma identidade diferente da expectativa do entorno. Apoios e conflitos fortalecem a identidade do grupo, no que se refere ao que pensam sobre si mesmo, sobre o grupo e a ocupação.

As meninas foram mal faladas, no momento do Enem teve muita pressão, a transamérica falou mal da gente e depois teve que se retratar publicamente, fizemos vídeos no face para desmentir as acusações, tem gente que age assim, mas tenho minha consciência limpa, não me arrependo de ter ocupado. Gosto de lutar pelo que eu acredito. K

[...] no começo, a diretora ficou bem preocupada: como ia ser a gente ali? Se ia ter bagunça? Depredação? Tem professor, que não gostou nem um pouco – perseguiu, ameaçou de não repor aula, ficou com desconfiança de quem participava. S

Nossa única preocupação foi a polícia, que no mesmo dia, as 22h bateu lá e fez vídeo da gente e ficaram diariamente na porta. Até que uns dias depois, começaram a responder com força – pedindo documentação, fazendo clima de tensão. E não só por parte da polícia, teve também boato de que um grupo armado vinha nos acossar. [...] Fomos convocados no Ministério Público. Nos parabenizaram pela organização e pediram para conversar e nos orientaram de muitas coisas. Na segunda ida, foi um clima diferente, algumas mães e uma professora ameaçavam de nos processar se não desocupássemos, teve quem tocou fogo nos nossos cartazes – nosso lema era ‘ocupar e resistir!’. Ainda assim, nós seguíamos em frente, explicando sempre para todos, as razões da ocupação. Ganhamos muita experiência e a família e amizade que se formou, muita ajuda mútua, uma grande família. K

Teve ameaça, polícia, mas um problemão era a situação das crianças pequenas; fazer os pais entenderem que essa luta era pela garantia dos direitos delas também. O que sustentou todos esses dias, foi nossa motivação – nós mesmos – tudo dependia da gente, era a força dos adolescentes. A

Das decisões em assembleias, às comissões implementadoras, a gestão coletiva da ocupação se construía e fortalecia o movimento.

Dividimos os espaços, organizamos a logística, distribuímos as tarefas em comissões, tinha a presença dos pais e outros responsáveis. O portão era aberto de dia para as visitas, mas logo vimos que podia bagunçar, então organizamos horários, agenda e listas de entrada e saída. Pudemos aprender o trabalho que dá a escola, ter mais respeito pelos funcionários, mais zelo com as coisas, não tinha mais bullying. E

Nos dividimos em equipes: segurança, doações, comida, limpeza, finanças, comunicação [...] Tinha todo dia a agenda organizada pela gente, recebemos a Unimontes, visitas de outros colégios (Prisma, Marista...), políticos, religiosos, agentes de saúde, imprensa, artistas. Todo dia cronograma, agenda intensa; quando as palestras eram nossas, discutíamos a PEC e a situação das outras ocupações no país. K

## IDENTIDADE INDIVIDUAL E COLETIVA

A identidade coletiva está referenciada no ser estudante, na ação analisada ela se traduz no sentimento para com a escola.

O movimento era nosso, a gente que decidia, a *escola é nossa*, é o nosso espaço e a gente tem que lutar pelo que é nosso. S

Na ocupação da escola, e em consonância com a literatura sobre movimentos sociais, o ambiente escolar é visto como um lugar de interações entre o indivíduo e o ser social. Pode-se observar o que sugeriu Touraine sobre a transformação de indivíduos em sujeitos e em atores:

Sempre quis fazer algo diferente, não ser mais um. Entrei no colegiado (estudava lá desde o 1º ano do e.f.) e a partir daí fui me interessando pela escola (verbas, merenda...). K

Não pensávamos em obstáculos, pensamos em iniciar - com informação para a escola e a comunidade sobre a situação [...] Fomos nos instruindo com professores e outros estudantes para preparar a ação. Primeiro definimos a divisão das tarefas, responsabilidades de cada comissão da logística, a casa (família) de cada um de nós foi percebendo a mobilização, as motivações e os interesses, até desembocar na assembleia que decidi pela ocupação. A

Nos relatos, a transformação da personalidade é relatada juntamente com os efeitos que a provocou, numa clara articulação entre a dimensão cultural e sócio-política.

Eu vivi com e na escola, um vínculo se abriu, se revelou, eu sempre gostei de história, passei a me interessar por política – cada um falar o que pensa, estudar, conhecer para opinar, ter mais informação, aprendizado – que são a base para a ação política. Assistir jornal com senso crítico. [...] As pessoas estavam antes, de um jeito, depois, de outro. A ocupação não morreu – na lembrança e também no modo de agir e pensar. Apoiando reivindicações, manifestações, conversar com a família, compartilhar com outras pessoas, falar mais de política. Muitos se acomodam, também por isso os governantes fazem o que querem e querem deixar a população assim – mas a população tem força, é só motivar. Lutar pela gente e pelos que virão também. A

Por causa da ocupação, somos hoje mais interessados, estudiosos e também mais exigentes, pois tivemos um conhecimento maior. Muitas aulas de outros professores, aprendizado intenso, mais proximidade com a comunidade, explicando, trocando informações, conhecimento. O ensino cresceu, ficamos mais críticos. A gente morou lá! Vimos que a escola é a segunda casa da gente, cuidar melhor. Quem participou da ocupação não joga papel de bala no chão e se outro joga, ele vai lá e cata. Teve uma mãe que disse que na ocupação aprendeu muito sobre seus próprios direitos. Não alcançou só a escola, mas toda a comunidade! Meu grande aprendizado não foi só o respeito por todos, servidores, colegas, o sentimento de união, de família, mas também com a ‘coisa pública’. (E. 17 anos, 16 na ocupação).

As narrativas das estudantes trazem uma concepção de política como convivência, baseada no respeito e no diálogo, profundamente necessários à sociedade brasileira, que, como afirmou Santos (2016), encontra-se polarizada. Essa concepção coloca-se fora do marco tradicional de pensar a política a partir do poder, ou dos políticos e da burocracia, sem, contudo, negá-la, pois as motivações para as ocupações

partem de um desacordo entre os interesses sociais e o governo que está presente nas narrativas estudantis.

É importante ressaltar aqui, que a fala está assentada numa perspectiva de política, construída na base do seu exercício cotidiano e cidadão. Mesmo ciente de que talvez essa não seja a visão predominante, conforme é constantemente reafirmado na literatura acerca da ação coletiva, que chama a atenção para a existência de múltiplas visões no seio dos movimentos, há que se ressaltar a importância da fala, enquanto germe de mudança cultural e política. Uma cultura de respeito à diversidade e de práticas democráticas, especialmente aquelas em que os cidadãos se mostram atentos às questões que importam para o coletivo e se dispõem a defendê-las, e a praticá-las no cotidiano.

Então, tem que lutar! Esse foi o aprendizado, não achar que porque somos jovens não temos voz. O legado mais importante é a convivência, conhecer melhor, saber que um só é fraco, mas que a união faz a força. [...] Muitos preconceitos caíram por terra com o convívio. A

Nos relatos que apresentam os legados da ocupação, há conteúdos que revelam a posição dos estudantes em relação a atos políticos e apontam para direções diversificadas.

Na escola é preciso discutir política, voto – eu não vou votar em quem aprovou a PEC. A

Na próxima eleição não vou votar, nenhum político vai ter o meu voto. R

É importante notar na primeira fala, que instrumentos institucionais da democracia não são negados, a decisão de utilizar o voto como mecanismo de participação demonstra essa aceitação. Entretanto, após as vivências da ocupação, o exercício do voto vem associado a um critério de avaliação dos representantes, construído a partir do posicionamento dos mesmos frente aos interesses estudantis. Na segunda fala, prevalece a visão negativa que arrola todos os políticos, sem distinção das suas ações, que em boa medida é encontrada na sociedade brasileira e que não contribui para tornar os políticos/representantes do povo mais responsivos. Certamente os posicionamentos estão orientados, por um lado, por sentimentos que reforçam a importância da participação individual e coletiva nas decisões políticas, e por outro, pela revolta e descrença em relação às ações dos representantes da sociedade.

O fenômeno ocupações das escolas e os debates que advém desse fato é um momento de muita visibilidade sobre as ações do governo e do parlamento, e suas consequências para a sociedade, fatores que facilitam a identificação dos adversários do movimento.

Talvez não fossemos parar a PEC, mas pelo menos um grito, uma parte foi feita. Como esses políticos conseguem dormir? Tanta violência que poderia ser reduzida com mais empregos e educação. R

A referência aos políticos está, na citação anterior, direcionada ao governo e ao parlamento, propositores das mudanças institucionais já mencionadas. E mostra ainda o lugar de fala de um jovem de periferia, que vê na educação uma possibilidade de melhoria das condições de vida e de inclusão, uma vez que a violência é, no Brasil, um fator de exclusão e marginalização desses jovens.

A ocupação possibilitou o contraste entre o olhar a si mesmo, enquanto estudante de uma escola pública de periferia, e o olhar para o outro, estudantes de escolas privadas. Através dessa interação, o que se viu no espelho foi uma faceta da realidade, até então não dimensionada.

Uma luta que se aprende em todos os sentidos, tanto político como humano. A minha geração é muito conformada, diferente dos jovens da época da ditadura, hoje não tem pelo que brigar porque se acomodam pensando que já tem outros lutando por eles – alguém vai se levantar e fazer isso, e enquanto isso eu espero aqui sentado. Achem que não precisam amadurecer, só com educação e informação para sair disso. Por exemplo: *eu fiz a prova do Enem, 70% da prova não vi no conteúdo da escola pública. O governo cobra o que não dá*. Tudo seria melhor se a educação fosse boa – médicos, policiais, não adianta fazer uma peça e passar só um verniz. A gente ter um resto e se conformar com aquilo. A gente não sabia que era tão grande a distância, a diferença de uma escola para outra (pública e privada). E

O Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM é na atualidade uma forma de ingresso ao ensino superior, considerado inclusive, como uma forma de democratização, de inclusão dos estudantes pobres no ensino superior. Contudo, a fala é reveladora dos limites que estão impostos aos estudantes das escolas públicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vozes dos estudantes da ocupação da E. E. Monsenhor Gustavo revelam um cenário de luta pela educação pública de qualidade, num contexto de perdas de direitos. O movimento segue um padrão de organização que favorece práticas diferenciadas das vivenciadas no cotidiano da escola, primando pelas decisões coletivas e pelo envolvimento no cotidiano da ocupação.

A consciência dos estudantes sobre a importância da luta e da resistência coletiva se alarga durante o processo de ocupação. Na visão deles, o legado é positivo e abrangente quando se considera que extrapola o âmbito pessoal, atinge a comunidade e constitui-se num aprendizado de convivência baseada no respeito as diferenças.

Sob o lema “resistir e ocupar”, adolescentes e jovens protagonizam uma história inédita e na cidade de Montes Claros. Solitária, porém integrada numa rede nacional de estudantes que lutam pela educação pública no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, 2009.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. *Interseções*. Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.15-53, 2015.

HOFMEISTER, Wilhelm. Apresentação do livro Sistema político brasileiro: uma introdução. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung: São Paulo: UNESP, 2007.

GADEA, Carlos A; SCHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. *Revista de Sociologia e Política*, n.25, 2006.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Revista Lua Nova*, n.17, 1989

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento: uma entrevista de Leonardo Avritzer e Timo Lyra com Alberto Melucci. In: *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

\_\_\_\_\_. *Challenging codes- collective action in the information age*. New York: Cambridge University, 1996.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. CSONline. *Revista de Ciências Sociais eletrônica*, ano 1, ed 2, 2007

SANTOS, Fabiano; SZWAKO, José. Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. *Saúde debate*. Rio de Janeiro, v. 40, n. especial, p. 114-121, 2016.

SPOSITO, Marília P. Ação coletiva, jovens e engajamento militante. In: CARRANO, P.; FÁVERO, O. (Org.). *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói: EDUFF, 2014. p. 97-130

TOURAINÉ, Alain. A sociologia da ação: uma abordagem teórica dos movimentos sociais. In: *anais do seminário - o retorno do ator*. Universidade Estadual de São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. *Crítica da modernidade*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. Nas fronteiras do movimento social. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006

**Recebido para publicação em 13 de junho 2018**  
**Aceito para publicação em 30 de julho de 2018**